



Jornalismo e questão racial: uma reflexão sobre (falta de) representatividade e seus desdobramentos

Marcos Vinícius Aragão Furtado¹
Aline da Silva Novaes (orientadora)²
Centro Universitário Ibmecc/RJ

Resumo: A representatividade negra é um assunto que tem sido levantado em muitas pautas jornalísticas. No entanto, observa-se que ainda pouco se discute acerca da presença/ausência de diversidade racial no *ethos* jornalístico. A partir do estudo de caso da repercussão sobre a escalção da primeira jornalista negra para o time de âncoras do Jornal Nacional, será conduzido um estudo a determinar de quais maneiras a classe jornalística pode contribuir com o combate ao racismo estrutural dentro das redações de jornais e na sociedade.

Palavras-chave: Jornalismo; Representatividade; Racismo Estrutural; Maria Júlia Coutinho; Jornal Nacional.

1. Introdução

A presença de pessoas negras na televisão tem aumentado. De acordo com as últimas edições da pesquisa “TODXS – Uma análise da representatividade na publici-

¹ Marcos Vinícius Aragão Furtado é estudante de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, do IBMEC-RJ. Atualmente, é bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) sob orientação da professora Dra. Aline da Silva Novaes. E-mail: marcosfurtado@gmail.com

² Doutora em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio. Mestre em Comunicação Social e bacharel em Jornalismo pela mesma instituição. Licenciada em Letras pela UERJ. Professora Titular do IBMEC-RJ. Membro do grupo de pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais - CNPq. E-mail: alinenovaes@gmail.com

dade brasileira”³, realizadas pela agência Heads, o número de campanhas publicitárias nacionais com negros tem crescido nos últimos anos. No entanto, o percentual de negros em publicidade (25%) é desproporcionalmente inferior a quantidade dessa mesma parcela da população na sociedade brasileira (54%). Um exemplo da presença negra em publicidade foi a campanha para divulgar o aplicativo do Banco do Brasil, em abril de 2019. A publicidade consiste em um vídeo de 30 segundos com atores e atrizes negros e brancos tirando selfies (autorretratos). No entanto, apesar de sua importância em relação à diversidade étnica e sexual, o trabalho foi tirado do ar em pouco menos de um mês a pedido do presidente Jair Bolsonaro. Tal atitude revela o desinteresse nas altas cúpulas do governo acerca da representação negra e seus efeitos sobre a sociedade. Para a intelectual Sueli Carneiro (2016),

Assim, para os publicitários, por exemplo, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito e valorização da diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias. Um negro ou japonês solitários em uma propaganda povoada de brancos representam o conjunto de suas coletividades.⁴

Do mesmo modo, isso tem acontecido no jornalismo. Recentemente, a jornalista negra Maria Júlia Coutinho, mais conhecida como Maju, integrou o time de apresentadores titulares do Jornal Nacional. Tal fato repercutiu na imprensa e na internet, pois, em seus 50 anos de existência, o telejornal mais importante do país nunca tinha contado com uma apresentadora titular negra. Em meio à repercussão, surgiram questionamentos principalmente pelo destaque dado à cor de Maju em sua estreia e por supostamente outras jornalistas negras terem apresentado o noticiário.

Seja na alta cúpula do governo ou no senso comum, essas questões demonstram um reducionismo sobre a importância da questão da representatividade negra no Brasil. A partir dessa inquietação, a ideia de representatividade surge como um mecanismo de desconstrução de estereótipos que estimulam a conservação do racismo no Brasil.

³ Informações obtidas na matéria “Pesquisa sobre diversidade na publicidade mostra que Brasil ainda precisa quebrar estereótipos”, de Soraia Alves. Disponível em: <<https://www.b9.com.br/101008/pesquisa-sobre-diversidade-na-publicidade-mostra-que-mercado-brasileiro-ainda-precisa-quebrar-estereotipos/>>

⁴ Disponível em <<https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara>>

O termo estereótipo se refere a associações de valores generalizados, geralmente baseados em discriminação, estigma, preconceitos e exclusão social. No livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Erving Goffman aborda dois conceitos que ajudam a elucidar a questão do estereótipo. São eles: identidade social virtual, que se refere à ideia sobre um indivíduo formado a partir de preconceitos; e identidade social real, que se refere à ideia formada sobre um indivíduo a partir de fatos. Nesse sentido, comenta a autora:

Caracteristicamente, ignoramos que fizemos tais exigências ou o que elas significam até que surge uma questão efetiva. Essas exigências são preenchidas? É nesse ponto, provavelmente, que percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser. Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas "efetivamente", e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização "efetiva", uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p.5 e 6)

Partindo do conceito de estereótipo, observa-se que a questão da baixa presença de negros se relaciona com a construção de uma imagem estereotipada desde a época da escravidão. No livro *Mulheres, Raça e Classe*, Angêla Davis aborda um exemplo: a origem da associação das mulheres negras com os serviços domésticos.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p.24)

Davis ainda afirma que a literatura e os meios de comunicação têm grande responsabilidade com relação à reprodução do estereótipo de mulheres negras em trabalhos domésticos.

O racismo funciona de modo intrincado. As empregadoras que acreditavam estar elogiando as pessoas negras ao afirmar preferi-las em relação às brancas argumentavam, na verdade, que as pessoas negras estavam destinadas a ser ser-

viçais domésticas – escravas, para ser franca. Outra empregadora descreve sua cozinheira como “muito esforçada e cuidadosa – meticulosa. Ela é uma criatura boa, fiel e muito agradecida”. Claro, a “boa” serviçal é sempre fiel, confiável e agradecida. A literatura dos Estados Unidos e os meios de comunicação populares no país fornecem numerosos estereótipos da mulher negra como serviçal resistente e confiável. (DAVIS, 2016 p. 109)

A partir desse exemplo, fica evidente que a baixa presença de pessoas negras, especialmente mulheres, é um mecanismo para manter estereótipos racistas na sociedade. Com isso, esbarra-se no conceito de representatividade. Segundo o dicionário Aurélio, representação é definido como “patentear, revelar, mostrar”.

Levando em consideração os conceitos de representatividade e racismo estrutural, nossa opção foi por investigar a repercussão da escalação da jornalista Maria Júlia Coutinho como a primeira apresentadora negra titular do *Jornal Nacional*.

2. Representatividade versus Racismo Estrutural

A construção da imagem de pessoas negras ao longo da história revela um mecanismo estruturado. Nessa linha, é inegável a reprodução dos estereótipos e suas consequências ao povo negro. As instituições, cabe salientar, têm um papel essencial neste mecanismo, pois elas trabalham e determinam regras para a manutenção da ordem social. Ora, se a sociedade preserva comportamentos racistas, como a hegemonia de pessoas brancas em posições de destaque, as instituições feitas por essas pessoas reproduzirão os seus comportamentos racistas. Em consonância com essa premissa, Almeida afirma: “assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhes são próprios -, o racismo que esta instituição venha expressar é parte desta mesma estrutura” (ALMEIDA, 2018, p. 36). Ainda segundo o autor, toda instituição que não cria e executa ações para combater o racismo está cooperando com o seu mecanismo de reprodução.

Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá tornar-se uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combater o racismo é

por meio de implementação de práticas antirracistas efetivas. (ALMEIDA, 2018, p. 37)

No Brasil, o racismo estrutural opera com muita eficiência. Os exemplos citados neste artigo – baixa representatividade negra em campanhas publicitárias e em telejornais – mostram que o último país a abolir a escravidão ainda não conseguiu operar o processo de socialização do povo negro. Levando em consideração a assertiva de Almeida, fica evidente que as instituições brasileiras, além de falharem no tratamento da desigualdade étnica, têm reproduzido o racismo e trabalhado, mesmo que de maneira involuntária, para a manutenção de sua estrutura. Para Muniz Sodré, a condição social do povo negro brasileiro só evoluiu do ponto de vista legal com relação à escravidão, mas continua com atrasos equivalentes à época escravista.

Esse jogo hegemônico parece ainda mais evidente num contexto de memória escravista, como é o caso do Brasil. O racismo brasileiro ou a “racial-democracia” nacional tem a sua especificidade: Aboliu-se política e juridicamente o sistema de subordinação direta do corpo sequestrado, mas permanece a forma social correspondente. (SODRÉ, 2018, p.4)

A ineficácia do combate à mentalidade racista na sociedade após a abolição se apresenta na literatura acadêmica brasileira. O pensador Alberto Torres, por exemplo, considera que “a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço e toda a ordem que então possuíamos e fundou toda a produção material que ainda temos” (TORRES *apud* SODRÉ, 2018, p. 13). Outro exemplo é o de Oliveira Vianna, que, apesar de discordar sobre a inferioridade racial, acreditava que “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”.

Com isso, Sodré afirma que a “abolição incidiu sobre a relação, e não sobre o vínculo”, mantendo a “saudade do escravo” por meio de quatro aspectos: seleção de mão de obra; relações com empregadas domésticas e babás; formas culturais como mero folclore; e imagens pasteurizadas da cidadania negra na mídia. Com base no último aspecto, percebe-se que a história dos meios de comunicação de massa, mais especificamente do jornalismo, está intrinsecamente ligada à manutenção do racismo na sociedade brasileira.

3. O Negro no Jornalismo Brasileiro

O que? Quem? Quando? Onde? Como? E Por quê? As perguntas respondidas no lide, primeiro parágrafo dos textos jornalísticos, revelam a necessidade do ser humano por informação. A busca por novos conhecimentos teve diversas manifestações ao longo da história: escrita, fala e invenção da prensa. A comunicação é o fio que liga todos esses avanços. Nesse contexto, o jornalismo atua como fenômeno disruptivo, atendendo com maior alcance e eficiência a necessidade de informação da sociedade.

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, a impressão foi introduzida no Brasil. Segundo Romancini e Lago (2007), a vinda da Corte portuguesa ao Brasil foi essencial para o início da impressão tipográfica (os prelos). No entanto, Marques de Melo (1973) destaca alguns fatores que atrasaram a introdução da imprensa no país.

O primeiro é a natureza feitorial da Colonização, com o Brasil colônia focado em produção de bens de consumo e não em civilização. O atraso das populações indígenas foi outra razão, já que a imprensa não foi utilizada como um meio de imposição cultural por parte dos portugueses. Indo na contramão dos espanhóis, os colonizadores de Portugal não desenvolveram a tipografia para dominar o país sob o ponto de vista cultural. Para se ter uma ideia, as cópias manuscritas e a importação de impressos davam conta do empreendimento catequético.

O terceiro motivo foi a predominância do analfabetismo, com a restrição da escrita à classe religiosa e à alta administração pública, além da inexistência de um processo educativo em massa entre os portugueses. Contribuindo também com este cenário, esteve a ausência de urbanização, com o desenvolvimento das cidades ainda no início no Brasil no começo do século em XIX, um fator essencial para o desenvolvimento da imprensa em vários países. Os meios informais (boca a boca) de se manter atualizado eram mais utilizados na colônia.

O quinto motivo foi a precariedade da burocracia estatal. Com a quase inexistência de iniciativas estatais portuguesas durante a colonização, o meio tipográfico não encontrou entrada por esse recurso. Mais uma razão foi a incipiência das atividades comerciais e industriais; com a exportação dos produtos agrícolas em alta, o Brasil colônia não se desenvolveu em comércio ou indústria. Esse fato também não contribuiu com a

demanda de trabalhos tipográficos. Além desses, o reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos contribuiu para o atraso. Estado e Igreja Católica regulavam a circulação de publicações, tornando a impressão demasiadamente burocrática e atrasando o desenvolvimento da imprensa.

A utilidade pública do jornalismo tem origem no século XIX. Segundo Traquina (2005), o desenvolvimento dos jornais, a comercialização das notícias e a profissionalização da atividade jornalística contribuíram com a mudança de paradigma do jornalismo entre o de propagandear para o de informar. Para o autor,

As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas de publicidade e dos crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma de jornalismo: o jornalismo como informação e não como propaganda, isto é, um jornalismo que privilegia os fatos, e não a opinião. (TRAQUINA, 2005, p.36)

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a imprensa já se desenvolvia no mundo. É nessa época também que o fazer jornalismo adota uma visão mais capitalista, com rotativas, telégrafos, salário e divisão de tarefas. Além disso, o jornalismo ganha um caráter mais informativo. Em 1891, surge o *Jornal do Brasil*, um grande veículo de comunicação com estrutura consonante com a lógica industrial, tornando-se um dos maiores da época.

Vale destacar que as figuras de Euclides da Cunha e de João do Rio contribuíram para a adaptação brasileira às mudanças de paradigmas da imprensa. Euclides acompanhou a revolta sertaneja e João do Rio focou em reportagens sobre o Rio de Janeiro. Sobre o último, considerado o primeiro grande repórter brasileiro, vale pontuar:

João Paulo Alberto Coelho Barreto, nome de batismo do escritor, nasceu no Rio de Janeiro em 5 de agosto de 1881 e estreou na imprensa antes de completar 18 anos. Durante a carreira profissional, Paulo Barreto colaborou em diversos jornais e revistas da época como A Tribuna; Gazeta de Notícias; O Paiz, A Ilustração Brasileira; A Revista da Semana; entre outros. Em seus textos, João do Rio abordava desde assuntos como carnaval, teatro e música até polícia, educação e questões sociais. (NOVAES, 2015, p. 19)

Nesse contexto, a democracia entra como forma de governo ideal para execução das atividades jornalísticas em oposição à censura. Apesar de ser pautado na teoria de

mocrática, o *ethos* (valores) jornalístico possui uma característica paradoxal: a ausência de diversidade de raça e gênero na comunidade jornalística.

Ao investigar a experiência didática sobre racismo, gênero e jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a professora e pesquisadora Fernanda da Escóssia constatou que, no século XIX, negros e mulheres não integravam as equipes de jornalistas de grandes veículos da imprensa, formada majoritariamente por uma elite considera a parte “esclarecida” da sociedade da época. Por outro lado, Oswaldo de Carmo destaca que, em 1833, Francisco de Paula Brito editou *O Homem de Cor*, considerado o primeiro periódico que contestava preconceitos raciais.

A falta de representatividade de profissionais negros é uma situação que ainda acontece nas redações de jornais. O estudo “Quem é o Jornalista Brasileiro?” (2012), realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), aponta que, apesar de comporem atualmente menos da metade da população brasileira (47,7%), jornalistas autodeclarados brancos somaram 72% dos jornalistas entrevistados. Em contrapartida, apenas 23% dos jornalistas entrevistados se reconhecem como negros ou pardos, que, de acordo com Censo 2010, realizado pelo IBGE, compõem 51% dos habitantes do país.

Dessa forma, nossa opção foi por investigar a repercussão da escalção da jornalista Maria Júlia Coutinho como a primeira apresentadora negra titular do *Jornal Nacional*. Maju, como é chamada pelo público, estudou jornalismo na faculdade Cásper Líbero, onde foi monitora de uma turma que produzia o programa *Edição Extra*, transmitido pela *TV Gazeta* de São Paulo. Em 2005, ela apresentou o *Jornal da Cultura* e posteriormente o *Cultura Meio-Dia*, ambos na *TV Cultura*. Mais tarde, a jornalista ingressou na *TV Globo* para atuar como repórter, apresentadora de meteorologia e, em 2019, ser a primeira mulher negra a integrar o time de apresentadores titulares do *Jornal Nacional*.

Apesar do excelente currículo de Maju, a notícia de sua escalção para a apresentação do *Jornal Nacional* gerou repercussões ambíguas nas redes sociais. Enquanto um grupo celebrou o acontecimento, a outra parte do público questionou a necessidade de ressaltar a cor da pele da jornalista.

Levando em consideração todo o contexto histórico do jornalismo, a falta de representatividade da população negra e o racismo estrutural da sociedade brasileira,

questões surgem acerca da repercussão da escalção de Maria Júlia Coutinho para a apresentação do *Jornal Nacional*. Por que essa notícia ganhou grande ressonância? Quais são os motivos para o incômodo do destaque dado para a cor da sua pele nas manchetes? E, principalmente, qual é o futuro da representatividade negra dentro do *ethos* jornalístico?

4. A primeira mulher negra no Jornal Nacional

A estreia da jornalista Maria Júlia Coutinho, na noite do dia 16 de fevereiro de 2019, como a primeira apresentadora negra titular na bancada do *Jornal Nacional* teve grande repercussão na internet e entrou para os *trends topics* do *Twitter*. O sucesso se refletiu no número de audiência. De acordo com os dados do Painel Nacional de Televisão (PNT), que reúne informações de 15 mercados do país, o noticiário registrou 29 pontos em São Paulo e 28 no Rio de Janeiro. Nos dois estados, o aumento foi respectivamente de cinco e quatro pontos em comparação à audiência dos quatro sábados anteriores.

Com quase 50 anos de história, o *Jornal Nacional* nunca teve uma jornalista negra no seu time de apresentadores titular. Além do tempo que demorou para isso acontecer, a repercussão se deve porque o noticiário do horário nobre da *Rede Globo* é o telejornal mais importante do Brasil. Nesse sentido, contribui para a informação dos brasileiros de forma significativa. O número de pessoas analfabetas no Brasil chegou a 11,8 milhões, o que representa 7,2% da população de 15 anos ou mais, de acordo com os dados em 2017 divulgados pelo IBGE. Além disso, a Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizado pelo Ibope, constatou que 44% não tem o hábito da leitura. A internet também não é acessada por uma parcela considerável da população, são cerca 63 milhões de pessoas, de acordo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Dessa forma, parte significativa da população se informa por meio de telejornais. Outro ponto de destaque para a relevância do *Jornal Nacional* é a audiência da *TV Globo*, a maior emissora de TV do país e a segunda maior do mundo.

Como um dos últimos países a abolir a escravidão na América, o Brasil ainda carrega consequências desse período e de sua insuficiência no que refere ao processo de

ressocialização da população negra. Nesse contexto, a edição de estreia da Maju como âncora do telejornal mais importante do país é um marco para a história do jornalismo e para o combate ao racismo estrutural.

Apesar da relevância da ocasião, muitos internautas criticaram o destaque dado à cor da pele da jornalista nas manchetes dos jornais. Entre os argumentos apontados, está o fato de outros jornalistas negros, como Heraldo Pereira, Zileide Silva e Glória Maria terem ancorado o noticiário. Essa informação não é correta, pois somente Heraldo Pereira faz parte da escala de apresentadores fixos para os fins de semana. Zileide, por sua vez, foi a primeira mulher negra a apresentar um jornal diário e Glória Maria foi a primeira repórter da sua etnia na TV brasileira. Portanto, Maju é a primeira mulher negra a apresentar o telejornal global.

5. Considerações finais

Dado esse contexto, observa-se uma necessidade do jornalismo, como atividade que tem como finalidade atender aos interesses públicos e fiscalizar o poder público, atuar para incluir mais jornalistas negros para seu campo de trabalho. Para Almeida (2018), toda instituição que tem como valor o combate ao racismo deve: fomentar a equidade e a diversidade nos seus ambientes interno e externo; estimular o desenvolvimento de minoria em posições de direção; realizar reuniões periódicas para revisões de práticas institucionais que visam a questão racial; e pensar em ações de acolhimento e uma gestão de conflitos raciais e de gênero.

Ainda para contextualizar, segundo os dados do Censo do Ensino Superior de 2016, 30% de negros estão matriculados em faculdades ou universidades. Em 2011, o número era de 11%. Apesar do aumento do número por conta do sistema brasileiro de cotas raciais nas universidades, empresas de comunicação, o sindicato de jornalismo e classe jornalística devem trabalhar com iniciativas, para além da graduação, com objetivo de admitir mais jornalistas negros para o campo de trabalho.

Como pode ser observado no caso da jornalista Maria Júlia Coutinho, há um gargalo no *ethos* jornalístico com relação à diversidade racial na classe de jornalistas. Ações em comunidades, abertura de mais vagas no quadro de funcionários e incentivo à

diversidade em programas de trainee e de estágio contribuirão com a redução dessa dívida histórica que o jornalismo tem com os jornalistas negros e com parte da sociedade que não se sente representada em totalidade pela grande imprensa.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CAMARGO, Oswaldo. O negro escrito. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. O que representa esta reedição de fac-símiles da imprensa negra. In: **Imprensa negra: estudo crítico de Clóvis Moura** – Edição Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo/Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Negro de pele clara. In.: **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades**. Disponível em < <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara>>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCÓSSIA, Fernanda da. Cartilhas da diversidade: uma experiência didática sobre racismo, gênero e jornalismo na UFRJ. **Anais I Seminário UFRJ faz 100 anos: História, desenvolvimento e democracia**, 4 a 6 de setembro de 2017/ coordenação [de] Rogéria de Ipanema – Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2018. Disponível em: <<chrome-extension://oemmnadbldboiebfnladdacbfmadadm/https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2018/09/2018-anais-do-seminario-ufrj-faz-100-anos-volume-1-web.pdf>>

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MELO, José Marques de. **Fatores Sócio-Culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1973.

NOVAES, Aline da Silva. **João do Rio e seus cinematographos: o hibridismo da crônica na narrativa da *belle époque carioca***. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2015.

PEREIRA, Marcos Emanuel. **Psicologia Social dos Estereótipos**. São Paulo: EPU, 2002.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007. 276 p.

SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar. In.: **Dossiê Racismo**, v. 21, n. 3, 2018. p. 9-16.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
IX Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR)
Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia (GO) – Novembro de 2019
.....

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2005. Volume1.